

## Ata da Reunião Setorial

### Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Belém, 24/11/2016 – 10h24 – 12h30

Local: CCBEU

Participantes:

| BP             | AECOM          | Entidades presentes  |
|----------------|----------------|--|
| Fátima Ribeiro | Tatiane Moraes | Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB   |
| Luiz Pimenta   | Débora Aguiar  | Museu Paraense Emílio Goeldi   |
|                |                | Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental<br>Escola Bosque – FUNBOSQUE                               |
|                |                | Universidade Federal do Pará – UFPA  |
|                |                | Instituto Bicho D'água   |
|                |                | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,<br>Mineração e Energia- SEDEME                              |
|                |                | Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades<br>Negras e Remanescentes de Quilombos- NUPINQ/ Casa<br>Civil |
|                |                | Federação dos Pescadores do Pará- FEPA   |
|                |                | Colônia de Icoaraci Z- 02  |

Às 10h24 Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e



disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

A representante Domingas Barra, da SEDEME, questionou qual atividade será efetuada pelas embarcações de apoio. Tatiane Moraes, representante AECOM, respondeu que as embarcações navegarão nessa rota transportando cargas para a unidade de perfuração, e explicou ainda que existe um canal de comunicação entre empresa e representantes da pesca que estarão cientes da atividade e munidos de informações sobre essas embarcações.

Ao final, Luiz Pimenta, representante da BP, apresentou os riscos, as medidas de prevenção de acidentes, de monitoramento e os planos de resposta à emergência.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e questionamentos:

O representante da FUNBOSQUE, Otávio Pereira, questionou se além dos impactos negativos já apresentados, não existem impactos positivos. Fátima Ribeiro, representante BP, respondeu o questionamento explicando sobre a curta fase da atividade exploratória, com impactos positivos quase inexistentes. Luiz Pimenta, representante BP, complementou a informação alertando que para os benefícios ocorrerem é preciso que a empresa encontre óleo comercialmente viável e se instale por um longo período na região, porém para tal é preciso que haja petróleo, e a possibilidade disso é baixa.

A representante Juliana Lima, do IIEB, questionou se não haverá uma contrapartida da empresa por conta dos impactos negativos. Fátima Ribeiro, representante BP, respondeu explicando que na fase de exploração a empresa responde pelos danos causados, e apenas numa eventual fase de produção, mais longa, seria realizado algum projeto de contrapartida. Explicou ainda os critérios para a execução desses projetos, justificando a impossibilidade de realizá-los em apenas 150 dias, média da fase exploratória. Luiz Pimenta, representante BP, novamente enfatizou que até o momento não se encontrou nada na Bacia Foz do Amazonas, em termos de reservas significativas de hidrocarbonetos.

O representante Sérgio Fernandes, da Casa Civil, questionou no caso de uma eventual fase de produção, sobre a absorção da mão de obra local. Luiz Pimenta, representante BP, explicou que muitas atividades na plataforma são terceirizadas, e a BP não seria a empregadora direta de todos os profissionais. Citou ainda a especificidade das funções e a necessidade de trabalhadores experientes e bem treinados.

A representante da SEMEDE, Domingas Barra, agradeceu a atenção e elucidação sobre a atividade e pediu licença para se retirar.

A representante Raimunda Oliveira, da Colônia de Icoaraci Z-10 e da Federação de Pesca do Estado, fez considerações sobre os impactos e a falta de retorno de recursos para os pescadores. Fátima Ribeiro, representante BP, fez alguns esclarecimentos e novamente explicou a fase da atividade, e a responsabilidade da empresa para com os danos causados. Luiz Pimenta, representante BP, complementou elucidando que numa eventual fase de produção existem os royalties: destacou o caso do Rio de Janeiro, e explicou quão importante



é a atuação das lideranças de pesca perante o Estado para que esse recurso retorne da forma adequada; informou ainda o site da ANP para consulta sobre as regiões que recebem esse benefício.

A representante Juliana Lima, do IIEB, questionou qual o impacto da atividade específica de perfuração. Tatiane Moraes, representante BP, ressaltou alguns impactos e informou que o estudo de impacto ambiental está disponível no site do IBAMA. Fátima Ribeiro, representante BP, complementou que esse estudo está em revisão e que qualquer alteração ou desenvolvimento solicitado pelo IBAMA precisa ser realizado.

O representante Gustavo Américo, da Casa Civil, questionou sobre a existência de estudos que calculam os riscos nas distintas fases, exploração e produção. Luiz Pimenta, representante BP, informou sobre estudos considerando risco e severidade e colocou alguns exemplos, sanando o questionamento.

A representante Raimunda Oliveira, da Colônia de Icoaraci Z-10 e da Federação de Pesca do Estado, questionou sobre o fluido de perfuração e o cascalho. Luiz Pimenta, representante BP, explicou as funções do fluido de perfuração e sua composição, a partir de vários compostos químicos. Sobre o cascalho, elucidou que este material é a rocha triturada, que é trazido para ser analisado na unidade de perfuração para verificação de ocorrência de óleo. Destacou ainda o Projeto de Monitoramento de Cascalho e Fluidos de Perfuração (PMCF), e as medidas de tratamento desse material, que no caso do cascalho, pode ser descartado no mar.

A representante Raimunda Oliveira, da Colônia de Icoaraci Z-10 e da Federação de Pesca do Estado, questionou sobre a taxa de sucesso na busca por óleo em outras perfurações, na Bacia Foz do Amazonas. Luiz Pimenta, representante BP, sanou o questionamento citando a quantidade de poços já perfurados sem sucesso, explicou também a correlação com poços na África e os demais motivos que fizeram a empresa BP investigar petróleo na costa do Amapá.

O representante Amilcar Mendes, do Museu Goeldi, fez considerações sobre os problemas de gestão com os recursos obtidos a partir de impostos de empreendimentos minerais e petrolíferos. Questionou ainda como a empresa disponibiliza as informações para os meios de comunicação, que a seu ver, nem sempre repassam de forma correta tais informações. Fátima explicou o questionamento ressaltando diretrizes e protocolos que os representantes BP buscam seguir.

Fátima colocou os contatos BP e IBAMA em exposição, e mostrou-se a disposição para qualquer dúvida e esclarecimento.

Às 12:30h a reunião foi encerrada por Fátima Ribeiro, representante BP. Porém, como a representante Raimunda Oliveira chegou ao final da reunião, Fátima pediu que ela ficasse por mais tempo para receber as informações que perdeu.